

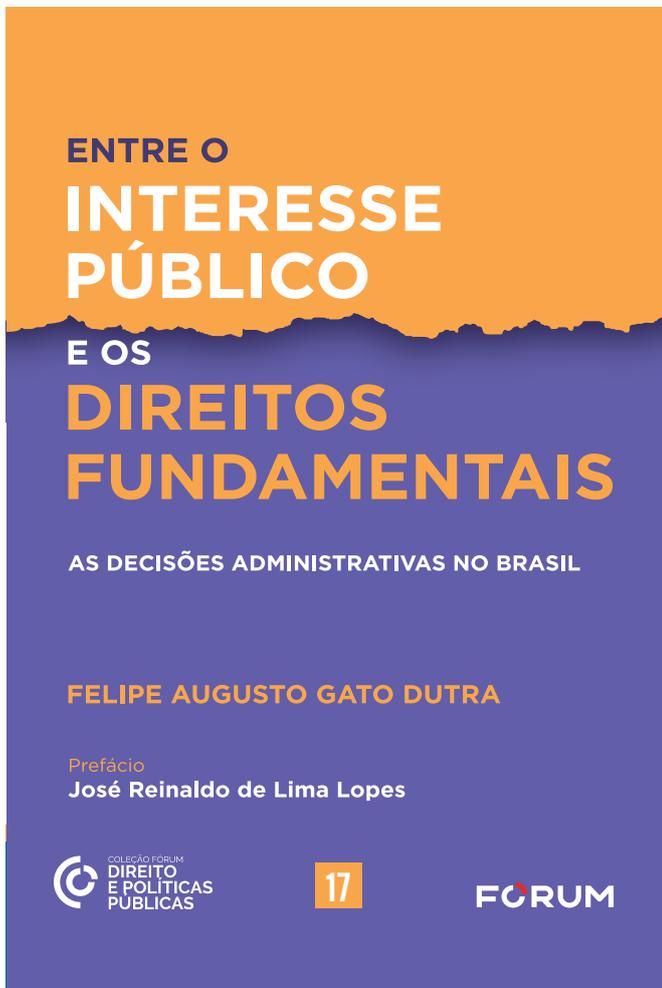
FELIPE AUGUSTO GATO DUTRA

José Reinaldo de Lima Lopes

Prefácio

ENTRE O INTERESSE
PÚBLICO E OS DIREITOS
FUNDAMENTAIS
AS DECISÕES ADMINISTRATIVAS
NO BRASIL

17



O presente trabalho pretende contribuir com as discussões teóricas do direito administrativo brasileiro. Para tal, desenvolve um dos principais debates do direito administrativo pátrio, travado por uma corrente chamada de Escola do Interesse Público, e outra denominada Escola dos Direitos Fundamentais. No entanto, o diferencial deste trabalho está em não apresentar esta discussão apenas pela óptica dos conceitos e argumentos em si, mas, sim, pela sua repercussão nas decisões administrativas. Defende-se que as diferentes formas de conceber teoricamente o direito administrativo implicam maneiras diversas de decidir juridicamente as questões que chegam à Administração Pública. Ao explorar as potencialidades e os riscos que cada corrente teórica agrega às decisões administrativas, acredita-se que essa discussão será útil também para refletir sobre a relação entre o direito e outros campos do saber, em especial a política.

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

FILOSOFIA DO DIREITO.
DIREITO CONSTITUCIONAL.
DIREITO PÚBLICO.

Palavras-chave

Direito Administrativo. Interesse Público.
Direitos Fundamentais. Decisão administrativa.

FORMATO: 14,5 x 21,5 cm

CÓDIGO: 3590

G261e Gato Dutra, Felipe Augusto

Entre o interesse público e os direitos fundamentais: as decisões administrativas no Brasil / Felipe Augusto Gato Dutra. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

203p. 14,5x21,5cm

(Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 17)

ISBN da Coleção 978-65-5518-447-1
ISBN impresso: 978-65-5518-868-4
ISBN digital: 978-65-5518-870-7

1. Direito administrativo. 2. Interesse público. 3. Direitos fundamentais. 4. Decisão administrativa. I. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GATO DUTRA, Felipe Augusto. *Entre o interesse público e os direitos fundamentais: as decisões administrativas no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2024. 203p. ISBN 978-65-5518-868-4. (Coleção Fórum Direito e Políticas Públicas, v. 17).

FELIPE AUGUSTO GATO DUTRA

Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Foi assistente de docente pelo Programa de Aperfeiçoamento em Ensino (PAE) da USP. Bacharel em Direito pela FDUSP. Foi bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Programa de Estímulo ao Ensino de Graduação (PEEG).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	
Maria Paula Dallari Bucci	11
PREFÁCIO	
O DIREITO ADMINISTRATIVO EM BUSCA DA FILOSOFIA POLÍTICA	
José Reinaldo de Lima Lopes	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
O DEBATE CONTEMPORÂNEO DO DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO: MUDANÇAS E DIVERGÊNCIAS TEÓRICAS	27
1.1 O contexto político-administrativo do debate jurídico brasileiro Pós-Constituição de 1988	28
1.2 As mudanças teórico-conceituais no direito administrativo	34
1.3 O papel do Estado e a tomada de decisões coletivas para o direito público	41
CAPÍTULO 2	
O PARADIGMA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E A PARTICIPAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO NO DEBATE DO DIREITO PÚBLICO BRASILEIRO	51
2.1 Pressupostos teóricos: a suposta mudança de paradigma do direito administrativo contemporâneo	53
2.2 Boa administração, consensualismo e discricionariedade no modelo democrático de direito público	66
2.3 Administrando por ponderação	76
2.4 O particularismo e a tomada de decisões públicas	86
2.5 Considerações finais do capítulo	104
CAPÍTULO 3	
O INTERESSE PÚBLICO COMO TEORIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO DA DIREÇÃO DO ESTADO	107
3.1 O interesse público como fundamento das ações estatais	109
3.2 Administração democrática e os limites da participação social	123
3.3 O direito administrativo e os sentidos da ação pública	132
3.4 A legalidade para além do legalismo administrativo	161
CAPÍTULO 4	
CAMINHOS DO DIREITO PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO	173
4.1 As moralidades inerentes à Administração Pública	174
4.2 Os horizontes teóricos do direito público	184
4.3 Considerações finais	187
REFERÊNCIAS	191